

ATA DA 030ª SESSÃO ESPECIAL DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2013
EM HOMENAGEM A PAULO STUART WRIGHT
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

O SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) -
Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a
presente sessão especial.

Convido pra compor a mesa as autoridades a
seguir nominadas:

Excelentíssimo senhor vereador Tiago Silva,
presidente da Câmara Municipal de Florianópolis;
(Palmas)

Excelentíssima senhora deputada estadual
Luciane Carminatti, presidente da comissão de
Direitos Humanos desta Casa;
(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Ismael
dos Santos;
(Palmas)

Senhor José Carlos Dias, coordenador da
Comissão Estadual da Verdade;
(Palmas)

Senhor Naldi Otávio Teixeira, coordenador da
Comissão Estadual da Verdade;
(Palmas)

Senhor João Paulo Wright, neste ato
representando seu pai, o deputado Paulo Stuart
Wright, *in memoriam*.

Senhor Anselmo Livramento Machado, membro da
Comissão Estadual da Verdade, neste ato
representando o presidente da Ordem dos Advogados
do Brasil/SC, Tullo Cavallazzi.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e
senhores deputados.

A presente sessão em homenagem ao deputado
Paulo Stuart Wright, *in memoriam*, foi convocada
por solicitação desta deputada e aprovada por
unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento teremos a interpretação do Hino
Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa de

Santa Catarina, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva;

(Procede-se à interpretação do hino.)

Gostaria de registrar, com muita alegria, as seguintes presenças:

Senhor Carlos Eduardo de Souza, assessor parlamentar, neste ato representando o deputado federal Pedro Uczai;

Senhora Hellen Cristhyan Boaventura, secretária-geral da União Catarinense dos Estudantes, UCE, neste ato representando o presidente Yuri Becker;

Senhor Martinho Herculano Ghizzo, ex-deputado estadual, a quem solicito ao Cerimonial que providencie uma cadeira para nos dar a honra de sua presença à mesa;

Senhor Diego Rabelo, secretário-geral da Juventude do PT de Santa Catarina;

Senhor Prudente Mello, presidente da Faculdade CesusC e conselheiro da Comissão de Anistia do ministério da Justiça;

Senhor Antônio Pichetti, ex-deputado estadual de Santa Catarina, a quem também faço o convite de estar conosco à mesa.

Senhoras e senhores, não preciso dizer a todos e a todas da imensa emoção que sinto no dia em que completa 40 anos do desaparecimento de Paulo Stuart Wright, e de poder estar, em nome do Parlamento catarinense, fazendo este momento de reflexão, fazendo este momento de memória e, mais do que isso, fazendo um momento de homenagem a esse grande homem que tanto orgulhou o estado de Santa Catarina.

Paulo Stuart Wright por onde passou deixou laços de solidariedade, por onde passou deixou memórias de luta, por onde passou deixou um rastro de esperança. Também neste plenário deixou a lembrança de que é preciso resguardar a institucionalidade se quisermos preservar a democracia.

Dentro do espírito de, em certa medida, reparar essa imensa injustiça que um dia esta Casa cometeu e que há de sempre lembrar para não mais

repetir, apresentaremos imagens sobre a vida política de Paulo Stuart Wright.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Essas foram algumas imagens da atuação política de Paulo Stuart Wright.

Recentemente estive em Joaçaba no evento do lançamento do livro do jornalista Marcelo Fernandes sobre o Sindicato dos Metalúrgicos e estava lá também na ata de formação daquele sindicato a assinatura de Paulo Stuart Wright.

Relembro-me também da luta que travou comigo o Aderlei e como foi difícil conseguir manter a memória de Paulo Stuart Wright para dar o seu nome a uma rua no município de Piçarras.

Neste momento convido para fazer uso da palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sra. deputada presidente e proponente desta sessão especial, colega Angela Albino, parabéns pela iniciativa.

Quero, em seu nome, cumprimentar os demais deputados que se fazem presentes nesta sessão, e permitam-me, em nome do João Paulo Wright, cumprimentar todos os convidados que conviveram com essa época e que hoje celebram sua memória com muito carinho e com muita acolhida.

Eu tinha sete para oito anos quando o deputado Paulo Stuart Wright desapareceu. Lembro que papai, pastor evangélico, na época em Chapecó, contava as histórias políticas da região e entre elas a de Paulo Stuart Wright. Essa história me cativou muito na infância e depois na adolescência, talvez até pela perspectiva de ser evangélico e saber das dificuldades que ele enfrentava em Joaçaba. Seu pai teve que, inclusive, implementar uma escola, porque não havia espaço nas escolas públicas, dominada pela religião da época, para seus filhos.

Lendo a biografia de Paulo Stuart Wright encontrei uma carta dele à sua esposa, em 1970, que dizia: "Diante de tanta injustiça e miséria que vimos no mundo e da opressão generalizada aos necessitados, proclamar-se inocente é inconcebível para quem busca servir a Cristo. Querer ser

inocente é aceitar as regras da injustiça, é aceitar passivamente a opressão, é não ter feito nada pelos que sofrem.”

É claro que sua movimentação política com as 27 federações de pescadores que fundou em Santa Catarina, sua forma inusitada de trabalhar e de agir mexeu com os poderosos do estado.

Essa história me cativou muito na infância e depois na adolescência, talvez até pela perspectiva de ser evangélico e saber das dificuldades que ele enfrentava em Joaçaba. Seu pai teve que, inclusive, programar uma escola, porque não tinha espaço nas escolas públicas, dominada pela religião da época, para os filhos.

O que me chamou muito atenção, ao longo da carreira de Paulo Stuart Wright, não foi só a sua sólida formação religiosa, como líder na igreja Presbiteriana, aliás, lendo sua biografia encontrei uma carta em que ele escrevendo à sua esposa no ano de 1970 dizia: “Diante de tanta injustiça e miséria que vimos no mundo, e da opressão generalizada aos necessitados, proclamar-se inocente é inconcebível para quem busca servir a Cristo. Querer ser inocente é aceitar as regras da injustiça, é aceitar passivamente a opressão, é não ter feito nada pelos que sofrem.”

É claro que a sua movimentação política, as 27 federações de pescadores que fundou em Santa Catarina, a sua forma inusitada de trabalhar e de agir mexeu com os poderosos no estado e tiveram que encontrar uma maneira de cassá-lo nesta Casa, de forma inusitada. E acho que não há outro fato no mundo: ele foi cassado porque não usava gravata nem terno. Essa foi a razão que acabaram encontrando.

Hoje, 40 anos depois, vendo a sua formação e a sua atuação formidável, comunitária e política, quero apenas concluir deixando os versos do poeta Maurício Siotini, ao pensar no nosso deputado Paulo Stuart Wright: “Se não houver frutos, valeu a beleza das flores, se não houver flores, valeu a sombra das folhas, mas se não houver folhas, valeu a intenção da semente.”

Nós catarinenses nos orgulhamos de Paulo Stuart Wright.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Convido a deputada presidente da comissão dos Direitos Humanos e também coordenadora da comissão da Verdade, pelo Parlamento catarinense, Luciane Carminatti, para fazer uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Boa-noite a todos que aqui estão.

Quero cumprimentar a deputada Angela Albino pela iniciativa, pois é fundamental garantirmos a memória, a verdade e a justiça neste estado com uma figura fundamental que representa a luta pela democracia, a oportunidade de inclusive estarmos aqui nos pronunciando em nome de tantos e tantas que tombaram e que não temos nem o direito de poder saber onde estão.

Estamos fazendo a segunda homenagem a Paulo Stuart Wright, porque participamos de uma audiência pública e agora desta sessão especial. E quero aproveitar este momento para falar em nome do Partido dos Trabalhadores, em nome do deputado Dirceu Dresch que está aqui conosco e dos demais parlamentares que essa é uma luta coletiva, muitas vezes inglória, no sentido de garantirmos que os nossos filhos que não acompanharam essa história, ao lerem um livro, não têm a dimensão do sentimento da dor e do sofrimento.

Muito me emocionou o depoimento da Raquel, também o depoimento e o histórico que o Manoel fez, porque traz a história vivida, não a história contada. E essa história é cheia de sentimentos que nem sempre as letras conseguem traduzir.

Em cada uma dessas histórias que vamos ouvindo, sentindo e sofrendo junto, vamos lembrando quantas lideranças, pessoas anonimamente ou não, que de uma forma ou de outra estão em espaços diferentes da nossa sociedade, lutando por mais democracia.

Quando vemos a luta racial, uma luta de todos os brancos e negros, a luta pela sexualidade, para

poder ser respeitado na opção que tem, de amar acima de tudo, a luta pelas diferentes culturas, pelo direito das mulheres, da minoria, dos indígenas, quero aqui, nessa luta conjunta e coletiva, trazer a memória do nosso vereador de Chapecó, que foi assassinado no dia 28 de novembro de 2011 e depois disso tivemos a tese do suicídio. E os mesmos órgãos do estado que ajudaram a enterrar e a dar o carimbo de que os que lutavam eram terroristas, disseram que o Marcelino se matou. No entanto, quem conhecia o Marcelino que acreditava que o dia deveria ter 48 horas e não 24h, para poder fazer tudo o que tinha direito, não acredita nessa tese do suicídio.

Pois bem, depois de muitas idas e vindas, uma equipe da USP, chefiada pelo Munhóz, um grande perito, professor de peritos do Brasil inteiro, com uma equipe, expõe toda uma fundamentação técnica e desmonta todas as teses dos laudos anteriores do suicídio. Conclui-se, portanto, homicídio. E diz mais, diz inclusive que havia duas ou três pessoas no seu quarto.

Por que estou contando essa história? Porque os promotores do Ministério Público pediram o arquivamento das investigações, tendo em vista os três laudos. Mas no dia de hoje, depois de muita luta do coletivo, tivemos a boa notícia - se é que nesse cenário dá para falar em boa notícia - de que o juiz da vara criminal não aceitara o arquivamento e pediu à Procuradoria-Geral de Justiça que se posicionasse e investigasse, porque havia três laudos. Portanto, não há uma verdade.

Então, trouxe a memória do Marcelino porque essas lutas se misturam. Além disso, amanhã isso pode ocorrer comigo ou com qualquer outra pessoa. Por instaurar uma CPI, por militar pela democracia, por querermos transparência podemos ser perseguidos, sim. Às vezes por palavras amenas, doces, mas extremamente cruéis.

Então, quero fazer justiça com meu colega Marcelino e dizer que em Chapecó, assim como no estado estamos de pé na luta pela verdade, pela memória, porque sabemos que muitos companheiros e

companheiras estão de coração juntos na luta pela verdade e em memória de todos os que tombaram.

Quiçá um dia consigamos ter a justiça presente em nossas vidas.

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Registro a presença do querido vereador Lino Peres.

Por deferência, inclusive pelo imenso patrimônio de memória que tem desta Casa, convido para fazer uso da palavra o ex-deputado estadual Antônio Piquet.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO PICHETTI - Prezada deputada Angela Albino, senhoras e senhores. Permito-me destacar a presença do ex-deputado Martinho Guizzo.

Quero cumprimentar todos os presentes, notadamente as pessoas que se destacam pelo trabalho de rever a memória de um ilustre catarinense. Nunca é tarde para fazer a justiça. Meus cumprimentos pelo empenho de todos nesse sentido.

A perda de Paulo Stuart Wright foi muito grande para nós. Sentava ao seu lado quando esta Casa funcionava ainda no prédio antigo. Lembro que havia alguns parlamentares do oeste, todos jovens: eu, que representava a região de São Miguel d'Oeste, embora seja filho de Concórdia; Genir Destri, de Chapecó; e Paulo Wright, Nelson Pedrini e Walter Zigelli, de Joaçaba.

Éramos cinco, e o Paulo começou logo a se destacar através das cooperativas dos pescadores. Era um homem ativo. Se ele usava ou não gravata, isso eu não reparei, mas nunca andava de forma indecente. Mas era muito ativo e creio que passou a incomodar um pouco alguns poderosos.

O certo é que o Paulo foi morto pela ditadura, mas também morreu pelas mãos da própria Assembleia Legislativa. Precisamos dizer a verdade. Eu fiz um apelo veemente na oportunidade para que a Casa não cassasse o mandato dos seus, ao contrário, procurasse imitá-los, aproveitando a sua inteligência.

A verdade é que por defender o Paulo naquela ocasião sacrifiquei minha carreira política. Mais tarde fui aceito pela situação e voltei ao meu trabalho, que é ser advogado na minha terra, afinal não nasci deputado. Voltei para o meu chão onde estou até hoje, embora tenha exercido três mandatos nesta Casa a duras penas. O último deles foi com a presença do meu querido amigo Martinho Ghizzo.

Então, o Paulo foi injustiçado também pela Assembleia. É verdade que os deputados foram pressionados, notadamente pelo almirante que comandava o 5º Distrito Naval. E a pressão surtiu efeito. Homens, parlamentares ilustres, como Evilásio Caon, Fernando Viegas e o próprio Nelson Pedrini curvaram-se à imposição do almirante, e o Paulo foi cassado por quase todos os votos da Assembleia, menos o meu. E fui acompanhado pelo voto do deputado Genir Destri, mas não pelo discurso.

De minha parte fiz um pronunciamento bastante violento contra a ditadura militar. E eu não era do MDB, mas da situação. Sempre defendi ideias próprias, tenho-as ainda hoje, e não poderia renunciar a elas naquela ocasião.

Lembro que, dentre as frases que usei na ocasião, disse: "O almirante deve cuidar dos seus marinheiros, nós, parlamentares, que cuidemos dos interesses da Assembleia". Recordo até que um deputado disse: "V.Exa. está sozinho nessa luta inglória e, perdoe-me dizer, parece um Dom Quixote". Eu respondi: "Não, deputado, mas já que v.exa. traz à baila a literatura espanhola, se eu sou Dom Quixote, que v.exa. seja meu Sancho Pança". O deputado, meu amigo, ficou chateado e eu lhe disse: "Você provoca e não quer ouvir nada?"

Esse episódio foi para amainar um pouco aquela sessão tensa da Assembleia. Os parlamentares não esconderam que silenciaram porque foram pressionados. Eram bons parlamentares, mas, como humanos, manifestaram uma fraqueza deixando-se pressionar por um homem que não tinha nada a ver com esta Casa.

Na Assembleia trabalham os parlamentares. Nós tínhamos nas mãos o destino de Paulo Wright. Eu e ele, que era muito jovem ainda, em muitos assuntos comungávamos das mesmas opiniões, embora eu fosse sempre da direita e ele da esquerda. Parece que hoje a direita e a esquerda se confundem em excesso na maneira de agir.

De qualquer forma, deixo a minha lembrança daquela ocasião em que dos 40 deputados, 37 lamentavelmente votaram pela cassação. Não votou o Paulo porque estava ausente e eu e o Genir Destri votamos contra a cassação. Eu já tinha expressado antecipadamente a minha posição: votaria contra a cassação fossem quais fossem as consequências, que foram um pouco amargas, pois vi fechado o meu caminho para Brasília. Numa época em que o estado tinha mais ou menos 500 mil eleitores, fiz 36 mil votos e não fui levado para lá.

O governador me disse: Fique tranquilo, deputado você vai para Brasília e vai ter que levar os filhos para a escola. Estou morando em São Miguel d'Oeste, onde resido, e nunca foi chamado para o Congresso. E ao governador, que me pediu apoio para o Senado, eu disse que dava o meu apoio.

A cassação de Paulo Wright foi um ponto de partida para uma luta árdua. De minha parte, eu não me arrependo jamais de ter tomado aquela atitude, porque eu defendi um colega, mais que defender um colega e um amigo, eu defendi a independência do Poder Legislativo.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Gostaria de registrar a presença do deputado federal Pedro Uczai.

Convido o ex-deputado Martinho Herculano Ghizzo para fazer uso da palavra.

O SR. MARTINHO HERCULANO GHIZZO - Sra. presidente, srs. deputados, senhoras e senhores, fui deputado estadual por quatro legislaturas, sendo que na penúltima, em 1985, ainda sob os estertores da ditadura e com a democracia ainda

não consolidada, tomamos conhecimento do processo que levou à cassação do deputado Paulo Stuart Wright.

Eu não conhecia na íntegra a história desse deputado, mas nos corredores, os poucos que o conheceram só fizeram elogios à sua bravura, à sua grandeza, ao seu desprendimento. Mas a grande verdade é que esses elogios eram feitos nos corredores desta Casa, às escondidas. Não se falava alto, não se tomava a atitude necessária para resgatar um homem que foi pura dedicação à causa pública.

Foi quando resolvi entrar nos porões desta Casa para ver o que existia a respeito da cassação do deputado Paulo Stuart Wright. E o que encontrei, na verdade, foi um processo eivado de injustiça, que mesmo para um período ditatorial não tinha cabimento lógico, não tinha a mínima conduta de direito. Foi um absurdo o que se fez. Ele foi uma vítima que se colocou em holocausto. E para quê? Para aplaudir os donos do poder.

E esta Casa, infelizmente, eu tenho que dizer, foi conivente. Quem lê o projeto de resolução vê que a própria comissão especial criada para analisar o documento do 5º Distrito Naval deu, nas entrelinhas, o indicativo para a Assembleia Legislativa cassar o deputado. E esta o fez sem o mínimo pudor, porque não havia a especificação de nenhum ato que pudesse ser contra a democracia, como se democracia houvesse, porque sequer vivíamos um período democrático.

Pois bem, munido daqueles absurdos, fui o autor do projeto que restaurou os direitos e anulou a Resolução n. 85 de 11 de maio de 1964, que cassou o mandato do deputado Paulo Stuart Wright. O Projeto n. 0001/1985, de minha autoria, teve como relator, a meu pedido, o deputado Cid de Almeida Pedroso, grande jurista e grande tribuno, Ele era sucinto até para libertar também da culpa esta Casa. Dizia: "Anula a Resolução n. 85/1964, de 11 de maio de 1964, que cassa o mandato do deputado Paulo Stuart Wright. Essa resolução entrará em vigor na data da sua publicação."

Daquele momento em diante o plenarinho o começou a se chamar Paulo Stuart Wright, o seu nome foi restaurado e acho que os seus direitos como ex-deputado foram também restaurados.

O grande químico Lavoisier foi convidado pelos cientistas dos EUA para versar sobre uma descoberta sua acerca dos *flogists*. Ele foi chamado para a mesa e anunciado como um dos químicos franceses que havia descoberto o princípio da combustão dos *flogists*. E Lavoisier, ao usar da palavra, disse simplesmente que não tinha nada contra os químicos franceses, mas que aquele projeto era exclusivamente seu.

Por isso, sra. presidente, sem falsa modéstia, o projeto que restaurou os direitos desse grande deputado, desse grande homem, desse grande revolucionário, no bom sentido, tem a minha autoria e eu me orgulho muito disso!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Agradeço ao ex-deputado por ocupar a tribuna e resgatar parte da história deste Parlamento.

Convido para fazer uso da palavra o sr. José Carlos Dias, coordenador da Comissão Nacional da Verdade.

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS - Sra. presidente, srs. deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Serei muito breve e repetindo aqui o que há pouco na audiência pública da qual participei, este é um dia em que me toca a emoção não só como coordenador da Comissão Nacional da Verdade, mas porque vivo à procura da verdade e do resgate da memória de Paulo Stuart Wrigth, como também pelo fato de ter sido o advogado constituído por sua família para procurá-lo, para tentar defendê-lo, para tentar libertá-lo, para tentar descobrir o seu paradeiro, se ainda estava vivo.

Então, participar de uma sessão como esta, de um momento em que o povo de Santa Catarina presta uma homenagem a esse filho querido, faz-me sentir extremamente comovido e muito irmanado a todos os

catarinenses que homenageiam e pranteiam esse filho ilustre.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) -
Muito obrigada!

Neste momento fará uso da palavra o sr. Naldi Otávio Teixeira, coordenador da Comissão Estadual da Verdade.

O SR. NALDI OTÁVIO TEIXEIRA - Cumprimentado a deputada Angela Albino, estendo os cumprimentos aos demais componentes da mesa.

Gostaria de dizer para vocês do privilégio que tenho de compor a Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wrigth e o privilégio de ser convidado para fazer uso da palavra num momento tão importante ao ilustre parlamentar catarinense.

Também quero dizer para vocês que fazer parte da Comissão da Verdade não é uma tarefa difícil, mas também não é fácil, porque é angustiante já que se consegue ouvir o lado das pessoas que têm necessidade da verdade para fazer seu próprio julgamento, contudo a comissão não tem a missão de julgar nem de perseguir ninguém. As pessoas, entretanto, têm sede de justiça, de saber como foi, aonde foi, como foi a tortura, onde está seu parente desaparecido, onde está o corpo. Essa sede habita o coração de muita gente.

Porém, a verdade é que nós queremos resgatar a verdade para a história, principalmente para a história catarinense, para que os nossos filhos, netos e pôsteres saibam como foi construído o que primamos de mais importante, talvez mais do que democracia, a liberdade. Liberdade de dizer, de combater a injustiça, de expressão, de se expor. Na história catarinense recente poucas pessoas tiveram a oportunidade de expressar a sua liberdade, ela foi tolhida por muito tempo.

Enfim, a verdade que a comissão está buscando visa lembrar a dificuldade que muitos passaram para esse resgate tão importante, que é o resgate da liberdade.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) -
Muito obrigada!

Convido a mestre-de-cerimônias Soraia Boabaid para dar continuidade à solenidade.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) -
Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao deputado Paulo Stuart Wrigth, *in memoriam*, pela passagem dos 40 anos do seu desaparecimento político no período de repressão da ditadura militar.

Deputado estadual, defensor dos interesses dos movimentos sociais, Paulo Stuart Wrigth dedicou sua vida às causas nacionais e populares.

Convido a sra. deputada Angela Albino, acompanhada dos srs. deputados Ismael dos Santos, Dirceu Dresch e Luciane Carminatti, para fazerem a entrega da homenagem ao sr. João Paulo Wrigth, neste ato representado seu pai, deputado Paulo Stuart Wrigth, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) -
Neste momento convido a sra. Derlei Catarina de Luca para fazer uso da palavra, neste ato representando o Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça.

A SRA. DERLEI CATARINA DE LUCA - Srs. membros da mesa, deputado Ismael dos Santos, deputado Dirceu Dresch, deputada Luciane Carminatti e deputada Angela Albino que sempre nos apóiam nesta Casa.

Eu me lembro muito bem da luta do deputado Martinho Herculano Ghizzo, pois muitas vezes conversamos sobre o deputado Paulo Stuart Wrigth. Também quero cumprimentar o pessoal de Pernambuco, que veio de tão longe e com tantas informações importantes.

Quero cumprimentar o dr. José Carlos Dias e dizer que o nosso coletivo se sente orgulhoso de recebê-lo em nossa terra.

Quero dar um abraço muito especial aos vereadores Lineo e Tiago Silva, pois quando fomos

conversar sobre a Comissão Municipal da Verdade eles nos receberam muito bem. E a Comissão Municipal da Verdade vai ser implantada e terá uma tarefa muito grande, que é investigar o assassinato de Hamilton Cunha, um menino aqui do morro, que foi assassinado em frente a uma gráfica porque era militante da VPR.

Eu falo aqui, em nome do Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça. Uma vez perguntaram a Steven Spielberg por que ele tinha feito o filme *A lista de Schindler*, já que o tema campo de concentração já estava muito batido. Ele respondeu que fizera o filme porque era preciso lembrar e lembrar.

Em Santa Catarina precisamos lembrar e contar porque, como se diz comumente, o povo que não conhece a sua história tende a repeti-la. E esta Casa é o exemplo disso. O deputado Pedro Uczai sabe porque nos ajudou muito na luta da rodovia. A Assembleia Legislativa cassou Paulo Stuart Wrigth em 1964 e cassou de novo em 2011.

Por quê? Porque em 2009 foi aprovada uma lei que denominava uma rodovia estadual com o nome de Paulo Stuart Wright, e o deputado Pedro Uczai estava no plenário neste dia. A lei foi sancionada pelo governador no dia 17 janeiro de 2010. Qual não foi a nossa surpresa quando um deputado apresentou um projeto de lei para mudar o nome da rodovia, e o pior é que a Assembleia aprovou.

Nós consideramos aquela aprovação como uma segunda cassação do mandato de Paulo Stuart Wright. Conseguimos mobilizar a Comissão Nacional da Verdade e toda a sociedade catarinense. Fizemos muita pressão sobre o governador e Raimundo Colombo teve a decência e a hombridade de vetar o projeto.

Em seguida, fizemos plantão na Assembleia Legislativa durante três meses para que os deputados não derrubassem o veto. Nas terças e quartas-feiras não saíamos daqui. Passaram-se 90 dias. Cada vez que colocavam o veto em votação achávamos um aliado para retirá-lo. Até que um dia o deputado Gelson Merisio falou que na próxima quarta-feira seria a votação. Havia muitas pessoas

presentes e o plenário, então, não derrubou o veto do governador e a rodovia entre Penha e Piçarras continua com o nome de Paulo Stuart Wright, Inclusive, já foi solicitado ao DNIT que coloque uma placa identificando-a, pois pretendemos ir até lá coloca-la.

Precisamos sempre lembrar, esclarecer a circunstância das mortes, dar nome aos torturadores e assassinos e levá-los a julgamento, porque tortura é crime de lesa a humanidade. Desaparecimento é crime continuado. E tenho uma solicitação muito especial ao dr. José Carlos Dias: quando o capitão Maurício Lopes Lima e o capitão Homero Cesar forem convocados, que convoquem as catarinenses Marlene e Derlei de Luca para estarem presentes, porque fomos torturadas por esses capitães. Os outros nomes eu nem vou citar, porque já morreram.

Paulo Stuart Wright, Arno Preiss, Frederico Mayr e Rui Pfutzenreuter juntam-se aos nossos heróis da República Juliana. A Revolução Farroupilha durou dez anos e foi uma tremenda guerra contra o império do Brasil. O Arno, o Rui, o João Batista e o Paulo juntam-se aos fuzilados em Anhatomirim, aqueles catarinenses que tiveram a coragem de, durante dois anos, de 1892 a 1894, enfrentar Floriano Peixoto. Juntam-se aos camponeses da Guerra do Contestado, que enfrentaram a República brasileira durante quatro anos. Foi a primeira vez que o Exército brasileiro usou a aviação para metralhar pessoas - e eram camponeses.

Nós sabemos que a Comissão Nacional da Verdade tem prazo para terminar, mas o nosso coletivo não tem. Vamos continuar enquanto vivermos. Muitos jovens fazem parte do coletivo, de antigo mesmo sou apenas eu. A maioria dos integrantes é jovem. Então, a Comissão da Verdade Nacional e Estadual têm prazo para terminar, mas não temos prazo para continuar lutando pelos heróis catarinenses.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Eu recebi das mãos do deputado Martinho Herculano Ghizzo a íntegra do histórico da reparação dessa injustiça com Paulo Stuart Wright e peço que conste da ata desta sessão especial.

A seguir convido para fazer uso da palavra o sr. João Paulo Wright, neste ato representando seu pai, o deputado estadual Paulo Stuart Wright, *in memoriam*.

O SR. JOÃO PAULO WRIGHT - Srs. deputados, grandes amigos da família, é sempre um prazer estar em Santa Catarina nos momentos de homenagem para meu pai.

Eu gostaria de ler a homenagem:

"A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o Poder Legislativo Catarinense, em sessão Especial, presta homenagem ao excelentíssimo sr. Paulo Stuart Wright, *in memoriam*, pela passagem dos 40 anos do seu desaparecimento político no período de repressão da ditadura militar.

Foi deputado estadual, defensor dos interesses dos movimentos sociais, dedicou sua vida às causas nacionais e populares.

Paulo Stuart Wright, presente agora e sempre!
Florianópolis, 04 de setembro de 2013."

(Palmas)

Eu tenho em mãos uma carta escrita pela Anita, sobrinha de Paulo Wright, filha do meu tio Jaime Wright, companheiro do José Carlos Dias na luta na área de direitos humanos.

(Passa a ler.)

"Mensagem da família Wright:

São Paulo, setembro de 1973. O telefone toca e quando é atendido pelo meu pai, reverendo Jaime Wright, este ouve duas palavras que iriam marcar definitivamente a sua vida, bem como de toda a nossa família: Paulo caiu!

Paulo caiu nos porões da ditadura militar, caiu e permanece até hoje nesses porões, não sabemos onde e nem em que condições o corpo dele desapareceu. O que sabemos com certeza é que não nos foi dado o direito de nos despedirmos dele, com velório e enterro no cemitério onde sua mãe e

seu filho primogênito estão enterrados na cidade de São Paulo.

E como foi com Moisés, que foi chamado por Deus a libertar e conduzir seu povo em direção à terra prometida, numa caminhada de 40 anos pelo deserto, sendo guiado de dia por uma coluna de nuvens que lhe dava sombra ao sol causticante e à noite por uma coluna de fogo que iluminava e aquecia o povo, assim tem sido com a família Wright, que há 40 anos atravessa o vale da sombra da morte de Paulo Stuart Wright, um homem admirado por dedicar sua vida à prática do amor ao próximo e à luta contra as injustiças sociais e econômicas.

Como no deserto dos hebreus, duas colunas se ergueram na denúncia da violação dos direitos humanos na defesa pela vida: o reverendo Jaime Wright e dom Paulo Evaristo Arns, um pastor presbiteriano e um cardeal católico, foram essas as colunas de fé e coragem que incansavelmente guiaram o povo pelo deserto da ditadura brasileira e americana, especialmente os países chamados de cones sul.

O cajado que os uniu e abriu caminhos foi o projeto *Brasil Nunca Mais*, uma cópia dos documentos oficiais do Supremo Tribunal Militar, processos de presos políticos que relataram a circunstâncias de suas prisões, torturas que sofreram, torturadores, etc.

O lançamento do livro *Brasil Nunca Mais* pegou a repressão de surpresa, que não pôde recolhê-lo das livrarias, onde ficou em primeiro lugar na lista dos livros mais vendidos por 90 semanas consecutivas.

Foi assim que esses dois gigantes do Movimento Ecumênico ajudaram o povo brasileiro a atravessar o deserto da instabilidade político-social.

Sabemos que Paulo Stuart Wright não é a única pessoa morta e desaparecida dessa época, muitos companheiros e companheiras de ideias e sonhos de um país melhor tiveram suas vidas ceifadas, suas famílias desmanteladas e sem direito a enterrar seus entes queridos.

As Comissões de Memória, Verdade e Justiça apresentam-se neste momento para passar a limpo esse período desértico e sombrio de nossa história. Temos esperança de conseguir informações pertinentes para desvendarmos qual foi o destino dado a Paulo Stuart Wright e, quem sabe, poder, como família, despedir-nos e dar-lhe um local merecido de descanso de sua luta incansável pelo povo catarinense e pelo povo brasileiro.

Anita Wrigth, sobrinha de Paulo Stuart Wright, filha do reverendo Jaime Wrigth."[sic]

(Palmas)

Os meus primos Anita, Lali, Sônia e Sílvia são verdadeiros adoradores do meu pai e têm-no como um ídolo realmente. Além dessa carta, há outra escrita pela Lali, que está num outro livro, uma carta com esse mesmo conteúdo, que é lindíssima, pois contém relatos de amor que são absolutamente impressionantes.

Hoje é um dia de reflexão, de ouvir histórias, de relembrar toda a vida do meu pai e ver que dentro da sociedade, principalmente na cidade de Joaçaba, há um lado da vida política e de cidadão de meu pai muito rica: na campanha para vereador, no trabalho feito na Imprensa Oficial do Estado, no trabalho realizado com as cooperativas. E há uma característica do meu pai que passa pela memória da gente. Há duas ferramentas que eu olho e sempre digo que ele era bom nisso: a fala e os pés. Por que os pés? Ele andava esse litoral todo a pé, não tinha recursos. Várias pessoas com quem conversei falaram sobre o Paulo Wright andarilho. Era uma pessoa que não parava, que estava sempre se movimentando e organizando pessoas para a melhoria da condição de vida.

Quanto à fala - e todos também relatam isto -, era uma pessoa de um carisma enorme, com capacidade de mobilizar e promover depoimentos como esse da Anita.

É muito difícil entender como a sociedade consegue reagir de forma tão brutal a uma pessoa sem recursos materiais e com vocação para tentar melhorar a condição de vida das pessoas.

Hoje o depoimento da Raquel foi muito tocante, no sentido de que eu me coloquei na posição dela e do pai de pensar que pessoas que estavam envolvidas com a mobilização social sejam submetidas a um negócio chamado clandestinidade.

O que é um clandestino? É uma pessoa que não tem direito a frequentar a sua casa? É uma pessoa que tem que marcar um ponto para se encontrar com alguém? É uma pessoa que não pode comer a sua comida, que não pode sentir os cheiros da sua casa, que não pode ouvir a sua música?

A clandestinidade é uma violência absurda, assim como o exílio - e temos várias pessoas exiladas. Isso é absolutamente violento no sentido de olhar a figura do pai, do comportamento social dele. Mas a sociedade conseguiu produzir essa aberração e temos sempre que lembrar que de alguma forma fomos capazes de fazer isso e talvez possamos fazer de novo.

Além da clandestinidade, somos capazes de submeter uma pessoa à tortura. E mais: isso está presente hoje ainda. Não podemos deixar de lutar contra a tortura. Temos um caso recente, no Paraná, da morte de uma menina, sendo que quatro jovens foram submetidos à tortura - isso em 2013 - por 12 policiais para denunciar que eles mesmos tinham matado a menina. Eles recorreram, foram às organizações sociais e isso foi desmantelado.

A minha dor é ouvir as histórias que ouço do pai e ver por que essa sociedade deu esse tratamento brutal a ele. É muito difícil ter qualquer explicação. Há muito dor nisso.

Mas o que é importante nisso tudo? É observar que somos capazes de tomar esses caminhos violentos e precisamos absolutamente cuidar disso. Clandestinidade, exílio, tortura, todas essas coisas têm que ser absolutamente combatidas.

Raquel, eu me solidarizo muito com o teu depoimento, achei-o emocionante. Eu te vi ao lado do pai, passando pelas mesmas necessidades. Há depoimentos do pai do dia do meu aniversário chorando, há coisas muito difíceis de olhar sob o aspecto da clandestinidade.

De alguma forma precisamos, e a Comissão da Verdade pode ser um caminho, fazer com que as pessoas que tomaram essas iniciativas sejam punidas.

Recentemente fui submetido a um processo de perda de uma irmã e, de uma forma violenta, tivemos que enfrentar um julgamento, e aquilo foi muito duro. As pessoas me olhavam de um jeito estranho e num momento eu juro para vocês que eu fraquejei e pensei: eu não aguento mais isso. Mas o que me prendeu naquele processo e deixou-me ainda ativo e combatente foi a possibilidade de olhar para o próximo e dizer: ele vai passar a mesma coisa.

Então, a nossa sociedade tem que ter mecanismos para que essas injustiças e atrocidades não se repitam. A nossa luta diária é cuidar de como nos comportamos, de como olhamos para o nosso próximo e como queremos construir essas relações dentro da nossa sociedade.

O trabalho da Comissão da Verdade é fundamental no sentido de esclarecer, e a sociedade tem que punir. Não é uma coisa fácil, mas temos que punir. Para quê? Para que o próximo que tente fazer sintam-se incomodado no sentido de pensar assim: não, a sociedade não aceita mais isso. A sociedade já sinalizou que não quer mais coisas desse tipo.

Então, esses policiais que torturaram em 2013, fizeram isso por quê? Porque a sociedade ainda não reage e não cuida disso corretamente. A partir do momento em que conseguirmos ser uma sociedade que reaja com força e com critério acerca dos valores de proteção da vida humana, acho que vamos conseguir não inibir totalmente, mas pelo menos ter uma situação de maior controle sobre a questão de direitos humanos.

Quanto à questão do corpo, e eu repito isso eternamente, a família não descansa, e está aqui no relato da Anita. Então, é absolutamente importante que a Comissão Nacional da Verdade eleja como prioridade a descoberta de onde estão os corpos dos desaparecidos, o que aconteceu com

eles, quem fez. Após essas respostas, é preciso que haja punição.

Acho que é um trabalho árduo, difícil. Sabemos que não é fácil, que há "n" variáveis. Mas acho que já evoluímos em algumas coisas - poucas, mas evoluímos.

Um dia entrei numa exposição da Memória da Verdade e estava lá uma fotografia de Dom Paulo Evaristo Arns e Jaime Wright, aquela famosa missa da Catedral da Sé. Eu entrei e ao fundo tocava *Cálice*, com o Milton Nascimento. Essa música tem muita força e, quando entrei, vi aquele cartaz enorme e ouvi aquela música tocando.

Então, a sociedade brasileira já cantou que quer resolver o problema dos desaparecidos, a sociedade brasileira já orou pelo esclarecimento do problema dos desaparecidos. Agora precisamos tomar a decisão de resolver essa questão. Já fizemos coisas muito mais inacreditáveis, já afastamos um presidente, já afastamos governadores, já fizemos muitas coisas neste país que antes eram absolutamente impossíveis. E não conseguimos resolver o problema dos nossos desaparecidos. Não conseguimos culpar ninguém.

São 40 anos de luta nessa questão. Vieram tantos companheiros, como Fernando Henrique Cardoso, depois Lula, agora a companheira Dilma, mas o negócio não anda. Por quê? Temos que convocar todas as forças fiéis ao pai no sentido de conseguirmos pressionar o governo federal para que essa situação seja resolvida. E para essa tarefa gostaria de contar com José Carlos Dias e com todas as pessoas que estejam envolvidas não só com meu pai, mas com todos os desaparecidos no estado de Santa Catarina.

Agora, se não ajudarmos, se não tivermos força, se não tivermos empenho, isso não vai acontecer. Depende do nosso esforço, depende do quanto esse sentimento de respeito pelo meu pai vai mobilizar-nos para conseguir mexer com a comissão nacional e com o governo federal.

Muito obrigado pela homenagem. Vamos estar sempre disponíveis para poder compor as forças empenhadas em conseguir resolver essas questões de

memória e verdade, em conseguir responsabilizar os torturadores, a fim de que tenhamos uma sociedade melhor.

Muito obrigado mais uma vez e estou à disposição de todos para alguma conversa. Sempre gosto de ouvir histórias novas sobre meu pai. Então, quem quiser conversar comigo, estarei à disposição.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Angela Albino) - Muito obrigada, João Paulo! Em seu nome, a Assembleia Legislativa cumprimenta toda a família.

A sessão de hoje, senhoras e senhores, foi proposta com o intuito de, em certa medida, reparar a imensa injustiça praticada por esta Assembleia Legislativa contra o então deputado estadual Paulo Stuart Wright. Mais do que isso, para reparar o acovardamento dos anos que se seguiram, o silêncio dos anos que se seguiram.

Foi preciso que transcorressem 40 anos para que esta Casa fizesse uma sessão em homenagem a esse grande catarinense. Através desse ato formal ficamos conhecendo um pouco mais da história.

Eu tive a honra de ser a proponente do projeto de lei que deu o nome de Paulo Stuart Wright para a rodovia que liga Piçarras a Navegantes. Esta Casa tem um memorial que reúne uma série de documentos históricos. À época da Presidência do deputado Neodi Sareta foi feito um memorial, mas esse material também desapareceu. Então, esta Casa não cassou o deputado Paulo Stuart Wright apenas uma vez, cassou várias vezes e permanece cassando na medida em que não dá a contribuição necessária, deputada Luciane Carminatti, para que possamos retirar o véu que cobre a verdade.

Santa Catarina vivia num certo torpor em relação aos horrores da ditadura, o que fez a população crer, durante muito tempo, que nada havia acontecido aqui. É muito recente o fato de a sociedade catarinense ter compreendido que também em nosso estado vivemos dias de horror. Também aqui em Santa Catarina se viveu um tempo que queremos, é verdade, que nunca mais aconteça. Por

isso mesmo é que precisamos lembrar-nos dele todos os dias.

No último final de semana, a Rede Globo publicou em editorial que, tenho convicção, é um marco histórico para os que defendem a memória do que aconteceu de fato neste país. A Rede Globo publicou, com um pequeno atraso de 40 anos, uma retratação do apoio que deu - e assim denominou, com certo eufemismo - à ditadura.

Nós, que acreditamos que é possível e é necessária a plena vivência dos direitos humanos, achamos que demorou muito. O círculo militar também achou que foi demais a nota da Rede Globo, e disse que a Rede Globo não só apoiou antes, como durante e depois. É verdade, 20 anos depois Roberto Marinho fez um editorial dizendo que a ditadura fora boa e que continua apoiando-a.

Portanto, é importante para nós relembarmos o papel de cada um e de cada uma na história, porque, às vezes, parece que ficou tudo muito parecido. Mas não é possível que o povo catarinense se esqueça de quem estava na janela do Palácio Cruz e Souza quando o povo de Santa Catarina foi dizer ao general Figueiredo que não queríamos mais a ditadura militar. Esses mesmos permanecem no poder, esses mesmos são os protagonistas do poder.

Assim, a luta de quem acredita que é preciso de fato enterrar esse passado, mas não no sentido de escondê-lo, ao contrário, no sentido de revolvê-lo para que ele não aconteça mais, é sempre atual, porque os que estavam do outro lado continuam a ter um papel de grande protagonismo na política.

Paulo Stuart Wright, pelas suas elevadas qualidades morais e por sua imensa capacidade revolucionária; Paulo Stuart Wrigh, que andou por Joaçaba construindo sindicatos, que andou pelo litoral norte de Santa Catarina construindo cooperativas de pescadores, mostrou-nos um exemplo, um sopro do que era a luta naquele momento.

Senhoras e senhores, além desse nome extraordinário, outros homens e outras mulheres

viveram esses horrores em nosso estado. E hoje eu vi, com muito acerto, ainda na reunião da Comissão da Verdade, aqui presidida pela deputada Luciane Carminatti, que de fato não temos nesta Casa nenhuma referência e esse episódio. Temos um belo quadro com um nome e uma citação extraordinária de Paulo Stuart Wright, mas nenhuma referência ao que esta Casa fez.

Portanto, João Paulo, receba do Parlamento catarinense o nosso *mea culpa*, receba do Parlamento catarinense a nossa vergonha por um dia este Plenário ter-se curvado aos horrores dos que disseram que era preciso cassar Paulo Stuart Wright. Receba do Parlamento catarinense, em nome do teu pai, em nome de todos os que tombaram em nosso estado defendendo a democracia, o nosso desejo de que esses dias nunca mais aconteçam. Que a nossa herança de vergonha se transforme numa herança para as outras gerações, no sentido de dizer que de fato isso não vai mais acontecer em nosso país, que nós todos, independentemente das gerações aqui presentes, defenderemos a democracia, não só como princípio, mas como uma plena vivência dos direitos humanos.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina se orgulha desta homenagem. A Assembleia Legislativa, 40 anos depois, tal qual outras instituições desse país, com alguns anos de atraso, mas com grande reconhecimento, vê em Paulo Stuart Wright o homem extraordinário que ele foi e que nos orgulha. Esse mesmo Plenário que um dia cassou o seu mandato, os seus direitos políticos e praticamente o ofertou à morte, este mesmo Parlamento rende as suas homenagens e diz que errou. E errando, não vai permanecer com o erro, pois não tem compromisso com ele.

Da Assembleia Legislativa toda honra à presença, sempre entre nós, de Paulo Stuart Wright.

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento, convidando-os para o coquetel no *hall* deste Poder.

A seguir teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.